

## CONSAD DECIDE PELA CONSTRUÇÃO DE NOVO REFETÓRIO

Em reunião no dia 15/10, o Conselho de Administração (Consad), aprovou a idéia de construir um novo refeitório na PUC-SP, para os funcionários da universidade e terceirizados.

A decisão, que é uma antiga reivindicação da AFAPUC, ocorreu após inúmeras denúncias sobre as condições de utilização do restaurante Facultativo.

A diretora do campus Márcia Alvim afirmou que a mudança é necessária, pois o local atual do refeitório, no subsolo ao lado da garagem, tem "problema de insalubridade", não é digno de refeições e não é condiz com as funções cumpridas pelos funcionários. A medida também visa acabar com as copas que se instalaram em di-

versos pontos do campus da PUC-SP, principalmente por causa das péssimas condições do atual refeitório, e que representam um risco à universidade, podendo causar incêndios.

Além da construção de um novo refeitório, o projeto apresentado prevê uma área de convivência comunitária. As novas instalações ficarão no quinto andar, ao lado do laboratório de fotografia, onde ficam dois banheiros que devem ser demolidos. O planejamento da obra será feito na próxima reunião do conselho.

Durante a reunião, o padre João Júlio perguntou onde os funcionários realizavam suas refeições e, após tomar conhecimento da informação, afirmou ter simpatia pelo projeto.

### NOVAS TAXAS

Também foi aprovada durante essa reunião, a criação de duas novas taxas administrativas na universidade. Serão cobrados R\$ 100 para quem quiser preencher o instrumento de confissão de dívida e quem pedir a segunda via do boleto na SAE terá que pagar a taxa de R\$ 7.

A justificativa apresentada pelo padre João Júlio para a cobrança do boleto, é porque se trata do repasse do valor cobrado da PUC pelos bancos. Sobre a cobrança do instrumento de confissão de dívida foi dito que ela ocorrerá pois se trata de repasse ao estudante do trabalho dos funcionários para dar andamento ao processo. A nova cobrança reforça a tendência, cada vez mais presente na PUC-SP de se taxar

os procedimentos internos.

### AR-CONDICIONADO

O fechamento dos corredores do primeiro e do segundo andar do prédio novo para a criação de novas salas, diminuiu a circulação e aumentou a temperatura das salas de aula.

A faculdade de Direito pediu três aparelhos de ar-condicionado e mais 10 persianas. O pedido foi negado pelo Conselho de Administração, pois antes deverá ser feito um estudo para analisar onde seria melhor instalar os equipamentos e analisar se o sistema de energia da universidade sustenta a instalação de novos aparelhos eletrônicos.

O portal acadêmico também foi discutido na reunião do Consad (leia mais na página 2).

**Portal Acadêmico  
entra na pauta de  
debates do Consad**

*Pág. 2*

**Funcionários  
prosseguem discussões  
sobre assédio moral**

*Pág. 4*

# Fundação questiona posição do curso de Jornalismo sobre Portal Acadêmico

Durante a reunião do Conselho Superior de Administração (Consad), a pró-reitora de graduação Marina Feldman levantou que os docentes reclamaram muito do portal durante a reunião do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão). Segundo a pró-reitora, "o principal problema levantado pelos docentes foi a dificuldade em preencher o campo destinado ao registro do plano de aula". O CEPE enviará uma carta para o reitor pontuando os problemas e pedindo sua manifestação.

## MANIFESTAÇÃO DO JORNALISMO

A opinião não é exclusiva dos professores que compõem o CEPE. Na última edição do jornal *PUCviva*, alguns docentes já haviam manifestado sua insatisfação com o portal. Alguns professores relataram que a demora média de utilização do portal é de 8 a 10 horas, quando não cometem erros. Outro problema é o carregamento dos dados no servidor. Por muitas vezes, o portal cai e o professor é obrigado a refazer todo o processo.

O departamento de jornalismo fez um abaixo-assinado com 22 assinaturas, manifestando "sua recusa em atender aos procedimentos e aos prazos estabelecidos para o preenchimento das planilhas do Portal Acadêmico da PUC-SP (...) dispondo-se a entregar, ao final do semestre, as informações de pra-

xe (conteúdo, frequência e notas) em documento próprio para os registros necessários".

Os professores elencaram algumas razões para fundamentar essa decisão. No documento, afirmaram que "tudo indica que estamos diante de uma voracidade burocrática sem limites. O preciosismo das planilhas dispostas no sistema pode atender plenamente a lógica dos registros perfeitos, mas acabaram se transformando num desafio e num tormento para a docência".

Para os docentes do jornalismo o portal tem "um problema de projeto: para o registro de um mesmo quesito numa mesma turma, o professor é obrigado a retornar ao início do processo já que os nomes disponíveis dos alunos são muito poucos. Levando em conta a instabilidade do sistema, essa operação, para um único item e para 50 alunos, chega a tomar do usuário um tempo superior a 1 hora e meia."

## A POSIÇÃO DA FUNDAÇÃO

Indo contra a maioria do curso de jornalismo e boa parte dos professores da PUC-SP, o Secretário Executivo da Fundação São Paulo, Pe. João Júlio, se manifestou atacando a iniciativa do curso de jornalismo mostrando "seu inconformismo pelo fato dele [departamento de jornalismo] ter se rebelado contra as atividades insti-

tucionais e contra as instâncias da universidade" e ainda pediu que o departamento seja "notificado por tal atitude". Ele entende as dificuldades que os

professores passam, mas acredita que somente com tempo e interação do professor com o portal, os problemas poderão ser superados.

**PROFESSOR(A)**

**FILIE-SE À APROPUC**

**COMPROMISSO COM A CATEGORIA**

**VENHA À SEDE DA APROPUC:  
RUA BARTIRA, 407  
OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO  
WWW.APROPUCSP.ORG.BR**

**PUCViva** Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 –  
CEP: 05009-000 –  
Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 –  
Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) – **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

**Fotografia:** Gabriela Moncau  
**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischtordt

# Carta de repúdio à atitude da Reitoria da PUC-SP

O CACS (Centro Acadêmico de Ciências Sociais, História, Geografia e Turismo) da PUC-SP vem por meio desta carta repudiar a atitude da PUC-SP de criminalizar o movimento estudantil.

No dia 17/07/2009, uma reportagem intitulada "fumacê na PUC", publicada pela revista *Veja São Paulo*, denunciou o consumo e porte de substâncias ilegais como a maconha dentro do campus da PUC-SP.

Juntamente com a matéria da *Veja*, a Reitoria, através do seu Pró-Reitor, Hélio Deliberador, começou uma campanha punitiva usando a segurança privada para reprimir os usuários.

Tais ataques ocorrem em um momento em que a Reitoria e a Fundação São Paulo (Igreja) implementam uma política que suprime a participação dos professores, funcionários e estudantes nas decisões da universidade. Hoje, a Igreja decide sobre as demissões/contratações, as grades curriculares, o preço das mensalidades, quantidade de bolsas e sobre as pesquisas que faremos (dá pra acreditar!?) e é abertamente favorável ao Ensino à Distância (EaD). Por outro lado, o movimento estudantil da Faculdade de Ciências Sociais retoma sua luta de maneira mais organizada, como vemos nas reuniões dos estudantes de História, Geografia e Ciências Sociais, todos discutindo as problemáticas de seus respectivos cursos a respeito das grades curriculares, os professores, a intervenção da Igreja e o caráter da universidade que queremos.

Na segunda-feira, 5/10, um estudante que participa da Gestão do CACS recebeu uma intimação da polícia para prestar esclarecimentos sobre a utilização de drogas dentro do Centro Acadêmico. Esse estudante foi denunciado pela PUC-SP como o responsável pelo CACS e a universidade forneceu para a polícia seus telefones, seu endereço residencial, nome e matrícula.

Sabemos do uso de substâncias ilegais dentro e fora da universidade e estamos abertos a debater a fundo sobre o tema, porém a atitude da PUC-SP de criminalizar o movimento estudantil do CACS e de escolher estudantes "culpados" pela utilização de drogas dentro da universidade só nos leva à conclusão de que essa é mais uma tentativa da PUC-SP de criminalizar o movimento estudantil dentro da universidade, tendo o apoio do Estado (já que nosso reitor é um ilustre Desembargador Federal) e da grande mídia brasileira. Sabemos também que esse ataque é uma tentativa de desmoralização do movimento, já que nossas lutas são muito maiores, como por exemplo a luta contra o processo de destruição da qualidade do ensino superior e a necessidade imediata de cons-

truirmos um novo projeto de universidade com a participação ativa dos estudantes, professores e funcionários da PUC-SP.

Questionamos esse projeto destrutivo da Reitoria e Fundação São Paulo que visa pagar a dívida da PUC-SP (R\$ 300 milhões), à custa de demissões de professores, rebaixamento de salários e de direitos trabalhistas, modificando as grades curriculares, retirando a qualidade das nossas aulas. Assim como também questionamos todas as atitudes arbitrárias da Fundação São Paulo, de passar por cima dos conselhos da universidade (que já têm uma democracia muito restrita) e de deslegitimar as organizações estudantis como, por exemplo, os centros acadêmicos.

Devemos repudiar esse ataque político que a PUC-SP está fazendo, tanto ao CACS, como a esse estudante perseguido. O CACS é uma ferramenta de luta estudantil, portanto não tem somente um responsável, mas sim inúmeros, pertencendo a todos os estudantes.

Infelizmente, a Reitoria e Fundação São Paulo têm tratado o tema das drogas dentro do campus de forma equivocada, com punições, falsas acusações e sem a discussão precisa sobre o assunto. Mas também sabemos que por trás disso há uma tentativa da Reitoria e da Fundação São Paulo de desviar os estudantes de suas lutas, muito mais nobres, de questionamento dos caminhos que a PUC vem tomando.

Para isso chamamos todos os Centros Acadêmicos, Sindicatos e organizações a somarem neste grande repúdio à atitude da PUC-SP e pela descriminalização do movimento estudantil.

Todos juntos por um novo movimento estudantil, que questione esse projeto mercantil de educação e construa uma nova universidade.

*A luta contra a criminalização do movimento estudantil é também a luta por uma educação de qualidade, pública e a serviço dos trabalhadores.*

**CACS - Gestão Te Convido a LUTAR!  
ANEL**

**CASS - Centro Acadêmico de Serviço Social  
CA Benevides Paixão**

**CA Psico  
Barricadas Abrem Caminhos  
Plenos Pulmões  
Construção Coletiva**

# O que a vítima deve fazer em caso de assédio moral

*Proseguimos nesta semana com a discussão sobre assédio moral no trabalho. Agora relataremos, utilizando-nos novamente do texto da professora Margarida Barreto localizado no site [www.assediomoral.org](http://www.assediomoral.org), as principais medidas que o trabalhador deve ter quando se julgar vítima de assédio moral.*

## **TODO AQUELE QUE FOR VÍTIMA DE ASSÉDIO MORAL DEVE SABER:**

- Resistir: anotar com detalhes todas as humilhações sofridas (dia, mês, ano, hora, local ou setor, nome do agressor, colegas que testemunharam, conteúdo da conversa e o que mais você achar necessário);

- Dar visibilidade, procurando a ajuda dos colegas, principalmente daqueles que testemunharam o fato ou que já sofreram humilhações do agressor;

- Organizar. O apoio é fundamental dentro e fora da empresa;

- Evitar conversar com o agressor, sem testemunhas. Ir sempre com colega de trabalho ou representante sindical;

- Exigir por escrito, explicações do ato agressor e permanecer com cópia da carta enviada ao D.P. ou R.H e da eventual resposta do agressor. Se possível mandar sua carta registrada, por correio, guardando o recibo;

- Procurar seu sindicato e relatar o acontecido para diretores e outras instâncias como: médicos ou advogados do sindicato,

assim como: Ministério Público, Justiça do Trabalho, Comissão de Direitos Humanos e Conselho Regional de Medicina (ver Resolução do Conselho Federal de Medicina n. 1488/98 sobre saúde do trabalhador);

- Recorrer ao Centro de Referência em Saúde dos Trabalhadores e contar a humilhação sofrida ao médico, assistente social ou psicólogo;

- Buscar apoio junto a familiares, amigos e colegas, pois o afeto e a solidariedade são fundamentais para recuperação da auto-estima, dignidade, identidade e cidadania.

## **IMPORTANTE:**

Se você é testemunha de cena(s) de humilhação no trabalho supere seu medo, seja solidário com seu colega. Você poderá ser "a próxima vítima" e nesta hora o apoio dos seus colegas também será precioso. Não esqueça que o medo reforça o poder do agressor!

## **LEMBRE-SE:**

O assédio moral no trabalho não é um fato isolado, como vimos ele se baseia na repetição ao longo do tempo de práticas vexatórias e constrangedoras, explicitando a degradação deliberada das condições de trabalho num contexto de desemprego, dessindicalização e aumento da pobreza urba-

na. A batalha para recuperar a dignidade, a identidade, o respeito no trabalho e a auto-estima, deve passar pela organização de forma coletiva através dos representantes dos trabalhadores do seu sindicato, das CIPAS, das organizações por local de trabalho (OLP), Comissões de Saúde e procura dos Centros de Referência em Saúde dos Trabalhadores (CRST e CEREST), Comissão de Direitos Humanos e dos Núcleos de Promoção de Igualdade e Oportunidades e de Combate à Discriminação em matéria de Emprego e Profissão que existem nas Delegacias Regionais do Trabalho.

O basta à humilhação depende também da informação, organização e mobilização dos trabalhado-

res. Um ambiente de trabalho saudável é uma conquista diária possível na medida em que haja "vigilância constante" objetivando condições de trabalho dignas, baseadas no respeito 'ao outro como legítimo outro', no incentivo à criatividade, na co-opeção.

O combate de forma eficaz ao assédio moral no trabalho exige a formação de um coletivo multidisciplinar, envolvendo diferentes atores sociais: sindicatos, advogados, médicos do trabalho e outros profissionais de saúde, sociólogos, antropólogos e grupos de reflexão sobre o assédio moral. Estes são passos iniciais para conquistarmos um ambiente de trabalho saneado de riscos e violências e que seja sinônimo de cidadania.

## ***Audiência sobre quinquênio não chega a acordo***

A audiência realizada na terça-feira, 13/10, na Delegacia Regional do Trabalho, entre a Fundação São Paulo, AFAPUC e o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo (SAAESP), para discutir o chamado Adicional de Tempo de Serviço (ATS), não chegou a nenhum acordo, o que obrigará a realização de uma nova sessão de julgamento, marcada para o

dia 11/11. A cada cinco anos trabalhados, professores e funcionários tinham direito a um acréscimo de 5% em seu salário, mas a Fundação São Paulo, em 2006, denunciou os acordos internos das duas categorias, limitando a três os quinquênios que cada trabalhador poderia receber. A AFAPUC tentou negociar com a Fundação São Paulo, a pedido do TRT, porém não obteve sucesso.

# Era uma vez uma universidade Laica...

*Felipe Campos*

No artigo publicado pelo Profº Edson Passetti no Fala Comunidade, na semana retrasada, existe uma confusão consciente dos fatos. Prerrogativa necessária para aqueles que defendem o atual modelo excludente de universidade, assim como a sua estrutura de poder na PUC-SP, justificá-la com uma fala "contestadora e libertária".

É incontestável a história e tradição de luta democrática que a PUC-SP possui, não só da sua estrutura interna, mas principalmente do seu papel na luta contra a ditadura, onde estudantes, funcionários e professores tiveram um protagonismo fundamental. Porém, na época em que vivemos, e especificamente o período que estamos na PUC-SP, o que se vê é uma espécie de extermínio ideológico desse passado. Isso não significa que a memória esta sendo apagada, pelo contrário é utilizada conscientemente por aqueles que a controlam para camuflar hoje uma PUC-SP controlada pela Fundação São Paulo.

No meio de vários fatos concretos que ele aponta como a maximização das horas contratuais e o aumento da repressão e da vigilância interna, o papel da Fundasp é o que Passetti faz questão de não mencionar. Utiliza pronomes como se de fato tivéssemos algo sob controle nessa universidade atual. Não retrata também a incapacidade de todos esses conselhos e da sua estrutura anti-democrática (representação de estudantes e funcionários é ínfima) de colocar li-

mites para a intervenção da Fundação São Paulo em 2006 e 2007, auge da crise, ao invés disso aceitou junto com ela religiosamente o pagamento de juros e dívidas aos Bancos. A falência da PUC-SP democrática se aprofundou, a dívida que era de 107 milhões, atualmente é de 300 milhões de reais. E dependência financeira é igual dependência política, que por sua vez numa universidade pressupõe dependência de pensamento. Não a toa, hoje se vota no Consun uma repre-



***Os estudantes não são acomodados simplesmente, e até hoje seus espaços estão sendo coibidos (como o estudante do CACS que sofreu intimação da Polícia) e sofrem ataques constantes por qualquer tipo de manifestação no campus.***



sentação clerical de 1/4 no Comitê de Ética e Pesquisa que avalia nossas pesquisas.

Mais para frente em seu artigo Passetti indaga sobre uma coisa que o incomoda... "o desaparecimento crescente e cada vez maior de contingentes pauperizados na PUC-SP, uma certa acomodação dos estudantes contestadores...". Pois bem, retomemos o ano de 2006 e 2007 e identifiquemos quem foram os mais prejudicados pelo acordo entre conselhos da universidade, Fundasp e bancos. Facilmente encontramos a resposta com as demissões em massas que ocorreram entre professores e funcionários, estudantes perseguidos e intimados pela justiça, elitização e perseguição aos bolsistas e inadimplentes.

Os "estudantes acomodados" que Passetti diz, não sofreram sentados em sala de aula todos esses ataques. Em 2006 fizeram greve com assembleias que lotaram o Tuca, enquanto Passetti ficava em salas sem cadeiras e vazias exercendo sua "liberdade" de defender o regime universitário. Em 2007 ocuparam a Reitoria porque sabiam que o redesenho institucional era a ferramenta para a Igreja reformar o estatuto da universidade e se legalizar no poder. Foram expulsos pela

escravo se expandiu na universidade e o medo de represálias é constante. O conformismo que Passetti fala é infundado dentro de uma categoria que antes sempre era bastante radicalizada e lutava por seus direitos questionando a direção da universidade.

E chegamos ao Grand Finale "... existência da PUC-SP como um espaço de invenção de liberdades". E por isso... "Permaneceremos fortes aprendendo a lidar com as mudanças sem perder de vista a nossa tradição de inventores de vida universitária, quando deixarmos de ser tão obsessivos com segurança, desviarmos os olhos das dissimulações estudantis, do conformismo de funcionários e soubermos estabelecer uma firme e forte relação com o Consad, porque o Consun e demais conselhos são fortes e firmes...". Realmente, rir para não chorar, para um professor que em suas aulas fala contra o Estado e contra a Igreja. Passetti quer que a comunidade confie nesses mesmos conselhos que a atacaram no último período e agora são apenas instâncias consultivas, e mais, quer que nós confiemos no Consad e nos padres da Fundação São Paulo com a desculpa de continuar inventando liberdades? As liberdades não se inventam se conquistam! Foi assim nas décadas anteriores à Ditadura Militar através de muito sangue derramado, sofrimento, mortes e torturas, e continuará sendo...

**Felipe Campos - estudante de ciências sociais e militante do Movimento A PLenos Pulmões (Ler-qi e independentes)**

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Trabalhadores protestam contra mudanças na Previdência

A Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), juntamente com a Confederação Brasileira dos Aposentados (Copab), criticou as propostas de mudança do sistema previdenciário que estão tramitando no Congresso.

As centrais sindicais CUT e Força Sindical fecharam um acordo com o governo federal para que seja aprovado um novo texto para a concessão de benefícios da Previdência. Pela nova proposta, o chamado fator previdenciário deixa de existir para os trabalhadores que atingirem 35 anos de contribuição e 60 de idade (homens) e 30 de contribuição e 55 de idade (mulheres). Para quem não se aposentar nestas condições continua prevalecendo o fator previdenciário, que re-

duz em muito o valor da aposentadoria. O presidente Lula, ao assumir o governo, tinha como proposta para a aposentadoria o fim do fator previdenciário. Porém, na prática, Lula pretende apenas reformar de uma maneira superficial o sistema.

Outra grande injustiça do sistema previdenciário refere-se à defasagem dos benefícios. Um trabalhador que se aposentou há 20 anos com nove salários mínimos, por exemplo, hoje está recebendo pouco mais de dois. O governo e as centrais sindicais já descobriram uma fórmula "mágica" que reajustará o benefício de quem ganha mais de um salário mínimo com um percentual que combina o INPC e um valor de 50% da va-

riação do Produto Interno Bruto. Como o PIB tende a se aproximar de zero, a variação para 2011 pode ficar abaixo da inflação.

Ao desatrelar o aumento real da aposentadoria ao aumento do salário mínimo o governo e as centrais governistas simplesmente legitimaram o arrocho salarial sobre os aposentados. Desde a implantação do real a desvalorização dos benefícios em relação ao mínimo chega a 90%.

Por isto é que vários sindicatos e confederações de aposentados já se manifestaram com atos neste segundo semestre para que a Previdência realmente seja reformulada, no sentido de permitir uma vida digna àqueles que contribuíram durante tantos anos para o desenvolvimento do país.

## Estudantes criticam adiamento do ENEM

No dia 8/10, cerca de 400 estudantes realizaram um ato no centro do Rio de Janeiro contra o adiamento da prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Os estudantes percorreram as ruas do centro da cidade até a antiga sede do MEC, onde o protesto levantou cartazes e palavras de ordem.

Uma estudante do Colégio Técnico Universitário, da Universidade Federal de Juiz de Fora publicou um texto na página da ANEL (Assembléia Nacional dos Estudantes Livre) a respeito do ENEM e do acesso às universidades no Brasil. Confira alguns trechos:

"O formato excludente não desaparece. O novo exame procura avaliar o desenvolvimento do estudante durante toda sua formação em apenas uma prova. Esse critério sempre foi muito criticado por educadores, pois não realiza um acompanhamento permanente do aluno e das escolas, desconsiderando as diferenças e desigualdades regionais existentes em nosso país".

"Uma política eficaz deveria garantir 10% do PIB para educação, investindo em todos os níveis do ensino brasileiro, na escola e na universidade.

Ao mesmo tempo, é necessário estatizar as instituições privadas garantindo a todos o acesso ao ensino público, acabando de vez com o vestibular".

# Funcionários Públicos exigem plano de cargos e salários

Nos dias 15 e 16/10, os servidores públicos federais realizaram paralisações de 48 horas em todo o país em protesto pela não negociação do plano de cargos e salários. No estado de São Paulo, Ministério do Trabalho e Emprego, Advocacia Geral da União, INCRA, IBAMA, ICMBio, Ciência e Tecnologia, Cultura, Conaba e Dinit aderiram a manifestação. Ao todo, 26 estados e Distrito Federal participaram da paralisação. Os funcionários públicos também aprovaram um indicativo de greve

por tempo indeterminado a partir do dia 10/11.

O estopim para a paralisação foi a aprovação do Congresso Nacional da Lei Orçamentária Anual (LOA), no dia 27/8, que não prevê nenhum reajuste e o encerramento das mesas de negociação. A principal reivindicação da categoria é a aprovação de Planos de Carreira e reabertura das negociações.

### DIREITO DE GREVE

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu nesta quinta-feira o direi-

to de greve dos servidores públicos, que, mesmo previsto na Constituição Federal de 1988, nunca foi disciplinado por legislação específica. A mais alta corte do Judiciário declarou que o Congresso foi omissivo porque, durante os últimos 19 anos, não tratou do tema. Os ministros do tribunal concordaram que, em casos de paralisação no funcionalismo público, deve ser aplicada a Lei 7.783, de 1989, que regulamenta as greves dos trabalhadores da iniciativa privada.

# Movimento dos Trabalhadores Sem Terra esclarece população brasileira

Após a ocupação da fazenda grilada da empresa Cutrale, em Iaras, no interior de São Paulo, a imprensa corporativa iniciou uma série de ataques ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A direção nacional do Movimento lançou uma nota de esclarecimento à população brasileira.

Segundo o documento, o movimento não foi responsável pela depredação da fazenda, conforme divulgado na imprensa. Ela teria ocorrido depois que as famílias ocupadas saíram da fazenda, um golpe dos latifundiários e da Polícia Militar. Confira alguns trechos do texto do MST:

"A nossa luta é pela democratização da propriedade da terra, cada vez mais

concentrada em nosso país. O resultado do Censo de 2006, divulgado na semana passada, revelou que o Brasil é o país com a maior concentração de propriedade da terra do mundo. Menos de 15 mil latifundiários detêm fazendas acima de 2,5 mil hectares e possuem 98 milhões de hectares. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras", inicia a nota do movimento.

"Há uma lei de Reforma Agrária para corrigir essa distorção histórica. No entanto, as leis a favor do povo somente funcionam com pressão popular. Fazemos pressão por meio da ocupação de latifúndios improdutivos e grandes propriedades, que não cumprem a função social, como determina a Consti-

tuição de 1988".

"Também ocupamos as fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas, como acontece, por exemplo, no Pontal do Paranapanema e em Iaras (empresa Cutrale), no Pará (Banco Opportunity) e no sul da Bahia (Veracel/Stora Enso). São áreas que pertencem à União e estão indevidamente apropriadas por grandes empresas, enquanto se alega que há falta de terras para assentar trabalhadores rurais sem terras".

"As famílias acampadas recorreram à ação na Cutrale como última alternativa para chamar a atenção da sociedade para o absurdo fato de que uma das maiores empresas da agricultura - que controla 30% de todo suco de laranja no

mundo - se dedique a grilar terras. Já havíamos ocupado a área diversas vezes nos últimos 10 anos, e a população não tinha conhecimento desse crime cometido pela Cutrale".

"Há uma clara articulação entre os latifundiários, setores conservadores do Poder Judiciário, serviços de inteligência, parlamentares ruralistas e setores reacionários da imprensa brasileira para atacar o MST e a Reforma Agrária. Não admitem o direito dos pobres se organizarem e lutarem. Em períodos eleitorais, essas articulações ganham mais força política, como parte das táticas da direita para impedir as ações do governo a favor da Reforma Agrária e "enquadrar" as candidaturas dentro dos seus interesses de classe".

## Docentes organizam ato em defesa da educação

Na quinta-feira, 15/10, professores e diretores da rede pública estadual de ensino, realizaram uma manifestação em frente à Secretária do Estado de Educação de São Paulo, na Praça da República, região central de São Paulo. O protesto foi organizado pela Udemo (Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado) e o objetivo era realizar um "nu pedagógico" para chamar atenção da sociedade, porém, os docentes resolveram permanecer vestidos.

Em entrevista ao portal

eletrônico UOL, o presidente do sindicato, Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto explicou que uma das principais reclamações dos docentes é o novo projeto de lei do Estado, na qual a proposta de progressão na carreira exclui os docentes. "Todos os temporários não podem ter aumento de salário, e eles são 108 mil. Além disso a proposta do governo restringe a cada ano o aumento a 20% da categoria", disse Gonzaga. O governo [José] Serra está destruindo a educação pública em São Paulo", concluiu.

## ENECOS promove curso de formação política

Entre os dias 27/9 e 4/10, aconteceu o 1º Curso de Formação Política para Comunicadores, no Quissamã, assentamento do MST, em Aracaju (SE).

Promovido pela Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS), o curso recebeu estudantes de todas as regiões do país com o propósito de consolidar uma militância orgânica dos estudantes de comunicação social, que construa práxis política, teoria e prática. A compreensão do processo de formação de consciência do indivíduo, a perspectiva de luta

de classes e a conjuntura sócio-econômica do país e da América Latina foram pautadas durante todo o curso.

A programação incluiu debates e palestras, contando com a participação de professores renomados como Mauro Iasi (UFRJ), Sônia Meire (UFS) e José Arbex Jr. (PUC-SP). Os cursistas também participaram dos grupos de trabalho da ENECOS para discutir as tradicionais bandeiras da Executiva - democratização da comunicação, formação do comunicador e opressões -, além de conviverem com a disciplina e organização do Movimento Sem Terra.

# ROLA NA RAMPA

## Estudantes de Geografia manifestam seu descontentamento com o curso

Durante a última semana, estudantes de Geografia publicizaram um balanço geral do curso. Através da avaliação de professores, entregue ao departamento em reunião ordinária no último dia 5/10, os estudantes manifestaram insatisfação diante da forma com a qual a direção do departamento vem regendo questões centrais do curso e que influenciam diretamente em sua qualidade, como critérios para atribuição de aula e secundarização na realização de trabalhos de campo. No próximo dia 19, ocorrerá uma reunião ampliada entre professores e estudantes do curso para discussão específica sobre essa avalia-

ção. Com a maximização os professores têm de assumir mais aulas para conseguir preencher seus contratos, sendo que por muitas vezes o docente não está habilitado para lecionar em algumas disciplinas que assumem, afirmam os estudantes. Professores do departamento e estudantes de Geografia organizaram a semana do curso de Geografia, entre os dias 13 e 16/10. O tema da semana foi *Centro de São Paulo, centro de que?*. Ocorreram discussões sobre a relação entre o espaço periférico e a centralidade da cidade em sua dinâmica social, e também apresentação de monografias dos estudantes.

## Pró-reitora de Graduação lança livro

A professora Marina Feldman, pró-reitora de graduação, lança no dia 20/10 o livro *Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade*, livro que organi-

zou. O evento ocorrerá na livraria Martins Fontes, Avenida Paulista, 509, das 18h30 até às 21h30.

## Mutirão de auxílio aos imigrantes

O Ofício de Direitos Humanos e a Tutela Coletiva da Defensoria Pública da União em São Paulo (DPU-SP) organizam o no dia 22/10, às 17h, na Rua Fernando de Albuquerque, 155, Consolação, mutirão *Anistia Migratória*. O intuito do evento é auxiliar imigrantes a regularizar sua situação migratória no Brasil, com fundamento na nova lei de anistia. A nova "Lei de anistia" prevê em seu art. 1º a possibilidade de os estrangeiros, que ingressaram no Brasil até

1º de fevereiro de 2009, requererem residência provisória, exigindo-se, para tanto, menos documentos do que normalmente é exigido para a obtenção de vistos, com a isenção de multas e cobrança de taxas reduzidas, sinalizando-se o intuito de humanizar as relações migratórias no Brasil. Os imigrantes têm dificuldade para agendar as idas para a Polícia Federal, pois isso só pode ser feito pelo site e muitos dos imigrantes não têm acesso a internet

## Seminário debate a obra de Caio Prado Jr.

O Instituto Caio Prado Jr. - Estudos Políticos, Econômicos e Sociais - inicia suas atividades com o Seminário *A Contemporaneidade do Pensamento de Caio Prado Jr.* Intelectuais de diversas universidades, partidos e movimentos sociais fazem um balanço da rigorosa e original interpretação marxista que Caio Prado Jr. formulou a respeito do processo de objetivação do capitalismo no Brasil. Ao mesmo tempo, discutem a pertinência da contribuição caio-pradeana nos tempos modernos. Na ocasião, será lançada a revista do ICP, *Novos Temas*. Os eventos ocorrerão, no auditório 134 C, da PUC-SP. No dia 21/10 às 14:30 Rodrigo Ri-

cupero (USP) e Sofia Manzano Pinheiro da UNICAMP/ICP, debatem *O Caráter da Formação Social Brasileira*. Às 19h30 Luiz Bernardo Pericás (CLACSO) e Antonio Carlos Mazzeo (UNESP) discutem *O Marxismo na Obra de Caio Prado Jr.* No dia 22/10, às 14h30, o tema *Reforma Agrária* será abordado por Plínio de Arruda Sampaio e um representante do MST. Às 19h30 é a vez de Lúcio Flávio R. de Almeida (PUC-SP) e Mauro Iasi (UFRJ) analisarem a Política e a Revolução Brasileira. O evento é organizado por Antonio Carlos Mazzeo (UNESP) e Mauro Iasi (UFRJ), e tem apoio do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais).

## Exposição reúne 36 artistas no Tucarena

No dia 14/10, no Tucarena, foi lançado o Projeto Giclée, com curadoria de Carlos Von Schmidt, que reúne obras de 36 artistas com uma técnica de gravura moderna. Entre os artistas expositores estão Ivald Granato, Antonio Peticov, Claudio Tozzi e Guto Lacaz. A exposição ficará aberta de segunda a domingo, das

9h às 18h, de 15/10 a 12/11. Também serão realizados encontros com artistas. No dia 20/10, às 17h, no Auditório do Tucarena com Gregório Gruber, Luiz Paulo Baravelli, Antonio Peticov e Gustavo Rosa e, no dia 29/10, também às 17h, com Guto Lacaz, Ivald Granato, Caciporé Torres e Gustavo Rosa.

## Próxima Revista PUCviva debaterá ensino à distância

A revista *PUCviva*, número 35, já está sendo elaborada. Seu tema principal será *Mercantilização do Ensino e Ensino à Distância*. A diretoria da APROPUC convida a todos aqueles que queiram colaborar com a publicação, para que enviem seus artigos para a sede da entidade, Rua Bartira 407, Perdizes, ou pelo endereço eletrônico [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br). O prazo para a entrega termina no dia 19/10 e cada texto deverá conter, no máximo, 15 mil caracteres.

A revista *PUCviva* nº 34, que debate o Oriente Médio, estará disponível no site da APROPUC ([www.apropuc.org.br](http://www.apropuc.org.br)) a partir do dia 19/10.